



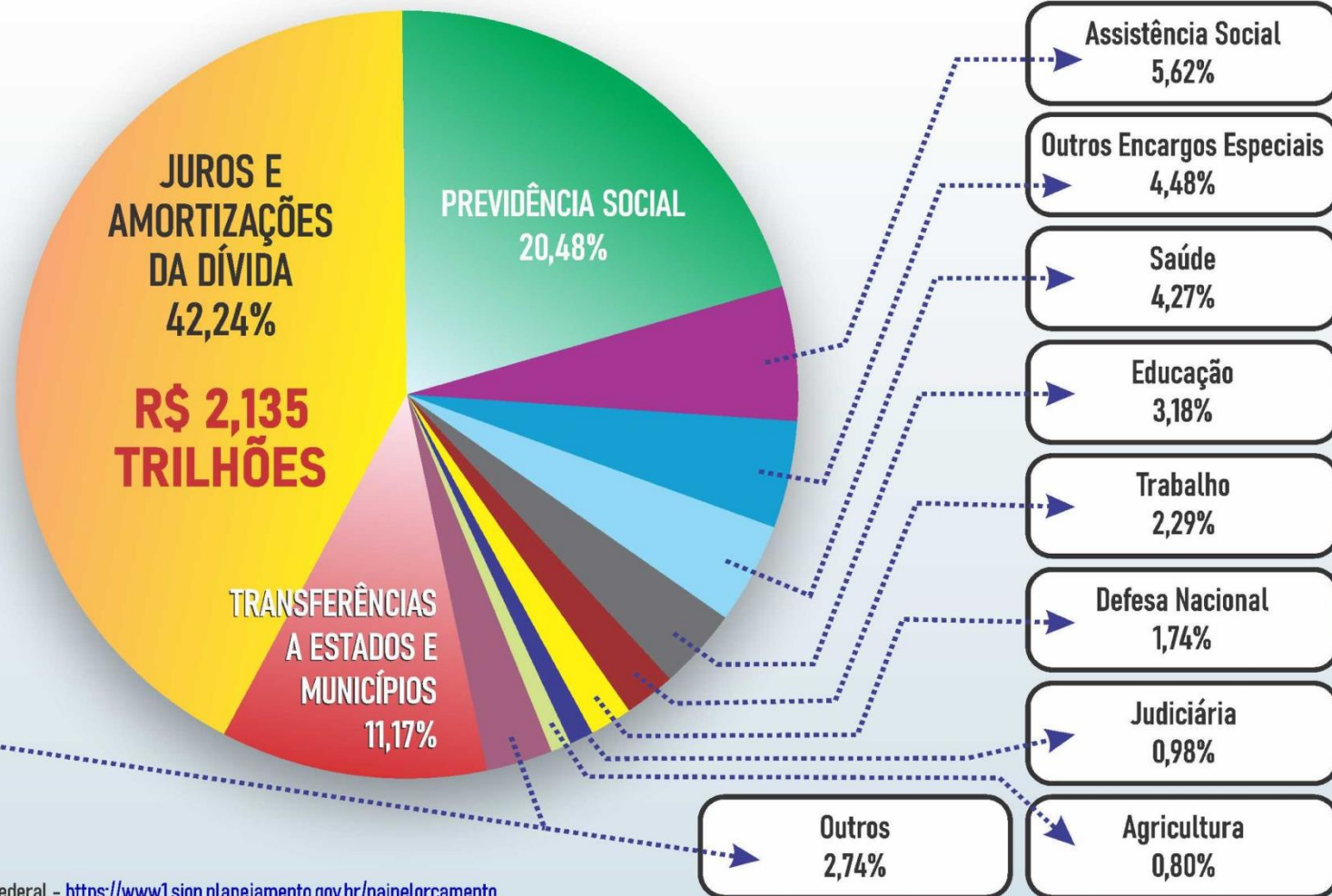
Roda de Conversa sobre Mulheres e Conjuntura Político Sindical

Sindicato Nacional de Trabalhadores(as) de Pesquisa e
Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF)

Seção Sindical da Embrapa
Brasília, 6 de março de 2026

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento>

ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante incluiu emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

Como a Dívida Pública afeta as Mulheres?

- A injusta situação social do país afeta principalmente as mulheres
- A pobreza e a inexistência ou insuficiência de atendimento aos direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal – educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados – atinge fundamentalmente as mulheres.
- São as mulheres as primeiras a serem demitidas em momentos de crise, e as mais sacrificadas quando faltam serviços essenciais.
- A luta por igualdade de oportunidades de acesso a postos de direção e políticos também tem sido árdua para as mulheres, embora ocupemos a maioria das vagas nas universidades brasileiras. A democracia pressupõe igualdade de oportunidades
- Apesar de existirem políticas específicas de atendimento aos direitos das mulheres, a destinação de recursos para tais políticas, por parte do governo federal, tais recursos são muito pequenos em relação ao maior gasto do orçamento, que é o gasto com juros e amortizações da dívida.

Como a Dívida Pública afeta as Mulheres?

- Sobre a Lei Maria da Penha, na prática, tal lei tem se tornado inócua na maior parte do país, devido à inexistência de instrumentos essenciais à sua efetividade, especialmente as casas-abrigo e creches. Torna-se impossível para uma mulher vítima de violência doméstica denunciar seu agressor/companheiro e retornar para a mesma moradia junto com ele.
- As atuais demandas dos movimentos de mulheres vão muito além das questões feministas: exigimos justiça social, conforme direitos consagrados na Constituição Federal, e dignidade de vida para todas as pessoas.
- Temos razões de sobra para essas exigências; não só devido à previsão constitucional, mas também tendo em vista o fato de contribuirmos de forma decisiva para o financiamento de políticas públicas, por meio da elevada carga tributária que recai sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres.

Fonte: Artigo de Maria Lucia Fattorelli, de 8 de março de 2015

Ações orçamentárias voltadas especificamente para as mulheres no orçamento federal (2024 a 2026)

- Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira
- Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres
- Concessão de Bolsas de Estudo a Mulheres de Baixa Renda Candidatas à Carreira Diplomática
- Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais
- Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão
- Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres
- Atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)
- Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
- Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher

Ações orçamentárias voltadas especificamente para as mulheres (R\$)

Ação	2024		2025		2026	
	Empenhado	Pago	Empenhado	Pago	Dotação Atual	Pago
00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira	40.965.725	0	21.983.369	279.600	81.910.158	0
00UZ - Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres	13.152.517	8.400	1.521.283	735.564	24.000.000	0
00WK - Concessão de Bolsas de Estudo a Mulheres de Baixa Renda Candidatas à Carreira Diplomática			240.000	0	60.000	0
210W - Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais	3.629.533	977.366	32.672.140	25.929.148	58.186.955	0
21GF - Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	14.815.521	8.613.606	41.148.165	20.763.337	39.896.087	1.030.303
21GG - Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres	113.163.962	13.441.664	80.001.561	5.785.409	91.586.250	1.051.097
21GH - Atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	1.470.489	707.500	1.577.948	1.216.024	1.482.782	32.170
21GI - Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)	18.377.074	8.122.539	32.096.302	23.695.204	33.000.000	0
21GJ - Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	43.610.450	5.137.087	35.756.733	17.621.806	54.951.802	4.043.909
2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher	118.978.704	0	1.638.841	492.913	73.697.971	6.221
TOTAL	368.163.975	37.008.163	248.636.343	96.519.005	458.772.005	6.163.699
Quantas vezes menos que os gastos (pagos) com juros e amortizações da dívida	5.424	53.955	8.587	22.121	6.244	126.965

Fonte: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento/> Nota 1: Em 2026, valores pagos até 2 de março.
Nota 2: Em 2026, na coluna "Dotação Atual", foi considerada a "dotação atual" do gasto com juros e amortizações da dívida.

Os valores pagos aumentaram de 2024 para 2025, mas ainda são muito pequenos em comparação aos juros e amortizações da dívida

Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025** e 2 projetos de lei e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



NOTA: Fonte: Relatório de Gestão 2025 do Tribunal de Contas da União (TCU). Disponível em: <https://www.tcu.gov.br/portal/portal.jspx>. Acesso em: 10/01/2025. O gráfico apresenta os dados do orçamento federal executado em 2025, considerando o valor total de R\$ 5,054 trilhões. Os dados são apresentados em valores nominais, sem considerar o efeito da inflação. Os dados são apresentados em valores nominais, sem considerar o efeito da inflação. Os dados são apresentados em valores nominais, sem considerar o efeito da inflação.

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

O desmonte do Estado que a contrarreforma Administrativa (PEC 38/25) pretende fazer afetará principalmente as mulheres

Acesse o folheto e imprima de onde você estiver:

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2026/01/Reforma-Administrativa-ou-Desmonte-2.pdf>

COM 1 CLIQUE PRESSIONE AUTORIDADES BRASILEIRAS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO A REJEITAREM A PEC 38/2025

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressionem-autoridades-brasileiras-dos-poderes-legislativo-executivo-e-judiciario-a-rejeitarem-a-pec-38-2025/>

FMI, Banco Mundial e rentistas reconhecem que o Banco Central do Brasil é "o mais duro do mundo"



<https://www.instagram.com/p/DQH9TmKE8XD/>



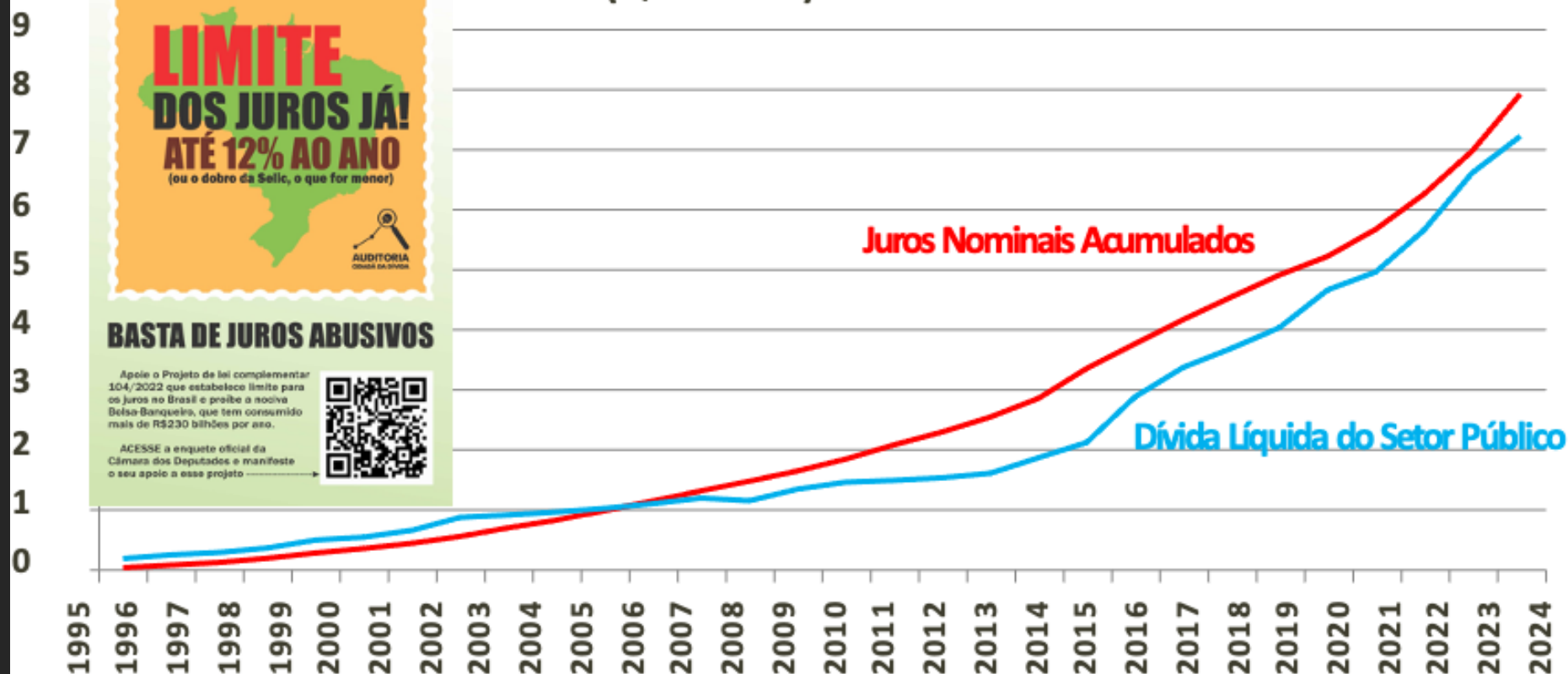
https://www.instagram.com/p/DRhp0_CjaZH/



<https://www.instagram.com/p/DRxgWsejh>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

Rentistas da dívida pública usam guerra como mais uma desculpa para manter juros altos



Bradesco diz que a guerra no Oriente Médio deve aumentar o preço do petróleo e assim aumentar a inflação, justificando assim que as taxas de juros demorem ainda mais para cair.

Porém, a inflação de combustíveis não guarda relação com um excesso de demanda, mas com problemas de oferta devido à Guerra. Além do mais, o Brasil produz a maior parte do combustível que consome, não havendo necessidade de aumentar significativamente o preço dos combustíveis

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/rentistas-da-divida-publica-usam-guerra-como-mais-uma-desculpa-para-manter-juros-altos/>

Juro alto leva à inadimplência das famílias

Valor BRASIL | Finanças

Inadimplência vai à máxima histórica com juro alto e endividamento



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/juro-alto-leva-a-inadimplencia-das-familias/>

A alta taxa de juros foi uma das causas dos níveis recordes de inadimplência de operações de crédito bancário em janeiro / 2026

O percentual de famílias endividadas foi de 79,5%, a parcela da renda gasta com as dívidas ocupa em média 29,7% do orçamento familiar, e uma em cada cinco famílias (19,5%) afirma ter mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas.

Conheça a Campanha pelo Limite de Juros no Brasil

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>



**Juros altos freiam a
economia e PIB cresce
só 2,3% em 2025**



Dia 3/3/2026 o IBGE divulgou o crescimento do PIB em 2025, de apenas 2,3%, o que significa que a atividade econômica se encontra em um nível apenas 11% acima do observado onze anos antes, em 2014.

A taxa de investimento caiu em 2025 (de 16,9% do PIB em 2024 para 16,8% do PIB em 2025), enquanto o crescimento do consumo das famílias caiu fortemente, de 5,1% para 1,3%, também devido à política monetária.

https://www.instagram.com/p/DVgSGBXkqcS/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQ2YQ

Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

Vote na enquete oficial da
Câmara dos Deputados:



MOVIMENTE-SE

Informativos da Campanha

Queremos saber sua opinião
VOTE

Abuso das taxas de juros no
Brasil
ENTENDA

Materiais da campanha
COMPARTILHE

Descubra o que está
acontecendo
AGENDA

Acesse a Proposta Legislativa e
acompanhe os próximos
passos
CONGRESSO NACIONAL



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



PROPOSTA PELO LIMITE DOS JUROS VIRA PLP 104/2022



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Reunião deliberativa da Comissão
Legislativa Participativa (CLP) da
Câmara dos Deputados aprova
proposta legislativa pelo limite dos
juros no Brasil.

**LIMITE
DOS JUROS JÁ!
ATÉ 12% AO ANO**
(ou o dobro da Selic, o que for menor)

BASTA DE JUROS ABUSIVOS

Apoie o Projeto de lei complementar
104/2022 que estabelece limite para
os juros no Brasil e proíbe a nociva
Bolsa-Banqueiros, que tem consumido
mais de R\$230 bilhões por ano.

ACESSE a enquete oficial da
Câmara dos Deputados e manifeste
o seu apoio a esse projeto

Assine a petição para proteger a Serrinha do Paranoá



https://www.instagram.com/p/DVbz7wEAQ82/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQ2YQ

O Governo do Distrito Federal, sob gestão de Ibaneis Rocha, incluiu a matrícula 125.888 — área estratégica para o equilíbrio hídrico, com mais de 100 nascentes catalogadas — como garantia para socorrer o BRB - Banco de Brasília após a crise envolvendo o Banco Master.

Trata-se de um território que ajudou a evitar o racionamento de água, produz alimentos orgânicos, assegura estabilidade climática e integra o cinturão verde concebido por Lúcio Costa. A ASCEMA Nacional apoia a petição em defesa da Serrinha do Paranoá e alerta: comprometer essa área é colocar em risco o futuro hídrico e ambiental de Brasília. A proteção das nascentes e do patrimônio público não pode ser moeda de troca.

Assine e fortaleça essa mobilização em defesa da água, do clima e da população do DF:

<https://www.change.org/p/proteja-a-serrinha-do-parano%C3%A1>



O FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DO
PARQUE DO GUARÁ CONVIDA PARA:

**REUNIÃO PÚBLICA EM DEFESA DO
PARQUE DO GUARÁ**
EZECHIAS HERINGER

FÓRUM APARTIDÁRIO CONVIDA TODOS OS
MORADORES E POPULAÇÃO DO DF PARA DEBATER A
ENTREGA DO PATRIMÔNIO DA CIDADE PARA PAGAR AS
DÍVIDAS DO BRB.
A CIDADE NÃO PODE ARCAR COM UMA DÍVIDA QUE
NÃO FEZ. COMPAREÇA E DÊ SUA OPINIÃO, ELA É MUITO
IMPORTANTE!

DATA: 03 DE MARÇO (TERÇA-FEIRA)
HORÁRIO: 19H
LOCAL: AUDITÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO GUARÁ
(ENTRADA PELO ESTACIONAMENTO
DA FEIRA DO GUARÁ - FOTO)



O Fórum Permanente em Defesa do Parque do Guarani convidou a população do DF para reunião pública em defesa do Parque do Guarani Ezechias Heringer, dia 3/3/2026, diante da grave ameaça de entrega de áreas públicas como garantia para cobrir prejuízos do BRB.

Reportagem do Correio Braziliense mostra que o GDF encaminhou à CLDF, em regime de urgência, projeto que autoriza o uso ou a venda de 12 imóveis públicos - entre eles áreas do Parque do Guarani e uma área verde no Lago Sul - para socorrer o banco após operações envolvendo títulos sem lastro do Banco Master.

Trata-se de transferir à sociedade o custo de uma crise que ela não provocou, colocando em risco patrimônio ambiental e espaços de uso coletivo. A cidade não pode pagar essa conta.

https://www.instagram.com/p/DVZPJ-5kXYi/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQ2YQ

Não é fatalidade, é escolha política

A VERDADE

BRASIL MEIO AMBIENTE

Tragédia na Zona da Mata mineira é
fruto do descaso do Estado



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

Não é fatalidade. É escolha política:
as tragédias causadas pelas chuvas em
Minas Gerais não são “naturais”.

São resultado direto de anos de
abandono das políticas de prevenção,
moradia digna e proteção das
populações mais vulneráveis.

Enquanto o povo perde casas, bens e
até a própria vida, o governo de Zema
desmontou a estrutura de prevenção.

O Governo Federal também cortou, em
2025, o equivalente a R\$ 200 milhões
do orçamento para prevenção de
desastres ambientais.

https://www.instagram.com/p/DVOZD5aEnaM/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQ2YQ

<https://www.terra.com.br/planeta/governo-federal-reduz-em-r-200-milhoes-verba-contra-desastres-ambientais,5b1876afc23ca27d08cd2f300e4f2c88rv3aahgo.html>

ESCÂNDALO DO BANCO MASTER: CPMI JÁ



Na abertura da live sobre o escândalo do Banco Master, com a participação das deputadas Fernanda Melchionna e Heloísa Helena, na terça-feira (23/02), a coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli, fez um resumo do caso, enumerando os impactos para a sociedade e fazendo duras críticas ao Banco Central.

“Como um banco que tinha apenas R\$ 1,586 bilhão de capital consegue provocar um rombo de R\$ 52 bilhões?”, questionou.

Assista ao corte:

https://www.youtube.com/watch?v=8_KvOAZ0VnU

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/como-um-banco-que-nao-tinha-capital-ate-2025-consegue-provocar-um-rombo-de-r-52-bi-questiona-fattorelli/>

INSCRIÇÕES ATÉ ESTA SEXTA (06/03)



Inscreva-se: Nova turma do curso da ACD

O SISTEMA DA DÍVIDA E A NECESSIDADE DE AUDITORIA



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

**INSCRIÇÕES PARA CURSO DA ACD
VÃO ATÉ ESTA SEXTA-FEIRA (06)**

Desenvolvido pela coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli, o curso é baseado na Cartilha da ACD, material essencial para compreender as bases do Sistema da Dívida e propor soluções que garantam o uso correto dos recursos públicos.

Durante 4 meses, você terá acesso a aulas semanais, com modalidade 100% EAD, com interação direta com professores especializados;

🎓 Período do curso: 09/03 a
11/07/2026

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

DIA DAS MULHERES

Não foi por um ato de bondade que um dia decidiram que nós mulheres também poderíamos votar e ser votadas, ocupar cargos públicos e exercer a nossa cidadania.

Tudo foi conquistado às custas de muita luta de nossas antepassadas, escravizadas e desrespeitadas em sua inteligência, capacidades e liberdade.

Rendemos a nossa imensa gratidão a todas que nos antecederam.

Ainda falta muito para conquistar: ainda existe muita discriminação e violência contra as mulheres.

Seguimos marchando, tecendo a história com cada ponto que cada uma contribui em seu espaço de atuação.

Temos avançado. É preciso reconhecer isso para seguirmos cada dia mais animadas, especialmente nos dias atuais, marcados pela financeirização selvagem que se alimenta do Sistema da Dívida, sangra os orçamentos públicos e impede o atendimento aos direitos sociais básicos da população.

Precisamos seguir lutando pelos direitos das mulheres, mas também pela mudança desse modelo econômico que idolatra o dinheiro, abandona seres humanos e desrespeita o ambiente, comprometendo a vida no planeta.

A luta das mulheres de hoje é uma luta contra a Reforma Administrativa, que desmonta a estrutura do Estado, contra o arcabouço fiscal (que impõe teto para os investimentos sociais, e demais medidas que aprofundam esse modelo econômico injusto que atua no Brasil.

É também uma luta pela verdadeira democracia, que só existirá de fato quando houver igualdade de oportunidades, respeito aos direitos sociais e garantia de vida digna em abundância para todas as pessoas.

Muita força e coragem para todas nós!

Maria Lucia Fattorelli

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

É HORADEVIRAR O JOGO